

# EDUCAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO FEMININA NO BRASIL

HELENA LEWIN

Do Centro Unificado Profissional, Rio de Janeiro.

---

## RESUMO

Este trabalho focaliza a participação da mulher na força de trabalho brasileira, analisando sua distribuição pelas diversas ocupações, seu salário em relação ao salário masculino, suas opções pelas diversas carreiras do ensino superior. A problemática do trabalho feminino é discutida em termos da dinâmica da sociedade capitalista, para a qual, segundo a autora, a utilização de mulheres em ocupações de menor prestígio e remuneração é altamente funcional.

## SUMMARY

This work analyses women's participation in Brazilian working force, focussing on their distribution by different occupations, their wages in relation to men's wages, their options regarding college careers. The problem of feminin work is discussed in terms of capitalist society dynamics, for which, according to the author, the use of women in lower prestige and lower payment occupations is highly functional.

No intervalo entre as décadas de 1950-1970 — período do segundo *take-off* industrial brasileiro — ocorreram modificações profundas na composição da População Economicamente Ativa (PEA), quanto a sua distribuição pelos setores econômicos, a alocação geográfico-espacial do seu efetivo, a sua composição sexual, qualificação educacional e estrutura etária, e ao sistema de posições derivadas das relações de produção.

O Brasil em 1970 rompe definitivamente a sua assim chamada "vocação agrícola", com o censo demográfico daquele ano registrando uma proporcionalidade de 56,8% da população total do país vivendo no espaço urbano, contra 31,2%, 36,1% e 45,1% em 1940, 1950 e 1960 respectivamente (Fundação IBGE, Censos Demográficos). Porém, quanto à população engajada na força de trabalho ativa, verifica-se que metade (50,6%) da PEA masculina, em 1970, ainda se encontra alocada em atividades do setor primário (Fundação IBGE, Censos Demográficos/70)

As taxas de participação da população brasileira nas atividades econômicas, permanecem relativamente baixas, quando comparadas à média dos países desenvolvidos (UNITED NATIONS, 1972). Vários fatores de ordem econômica, social e demográfica interferem na

explicação da organização produtiva do Brasil. Entre estes, pode citar-se o tipo de modelo de desenvolvimento econômico urbano-industrial em vigência; a incapacidade deste sistema econômico de absorver a força de trabalho disponível; a estrutura fundiária e a baixa produtividade agrícola; a estrutura jovem da população; a permanência de padrões de comportamento tradicional em muitas regiões do país derivados de uma estrutura social conservadora que restringe o trabalho da mulher fora da unidade domiciliar e a inadequação da formação da mão-de-obra frente às exigências do mercado de trabalho, sobretudo nas áreas mais industrializadas, concorrendo para o desemprego e/ou subemprego de grandes contingentes urbanos.

A Tabela 1 demonstra o decréscimo relativo da PEA brasileira, embora em seu interior se esteja processando um movimento divergente, pois, enquanto diminui a participação da mão-de-obra masculina, aumenta o percentual de mulheres em atividades produtivas. Fatores tais como a disparidade entre as taxas de crescimento demográfico e a criação de novos empregos; ampliação do sistema educacional e mercado de trabalho demandatório de mão-de-obra qualificada; aperfeiçoamento do sistema previdenciário e a saída do processo produtivo em idades mais jovens que no passado, podem ser as causas fundamentais na redução das taxas de atividade econômica da população masculina. Quanto à PEA feminina, embora os fatores acima apontados exerçam influência decisiva no tocante ao seu engajamento no mercado de trabalho, no sentido de sua retração, observa-se que outras variáveis, desempenham papel importante, a ponto de interromper essa tendência declinante. O aumento das taxas de participação econômica da população feminina se dá ao nível da expansão dos índices de urbanização da sociedade brasileira e só muito marginalmente devido à expansão do processo de industrialização propriamente dito. Em outras palavras, o aumento verificado resultou da sua inserção no setor terciário de prestação de serviços, caracterizado por pequena qualificação ocupacional, baixo grau de instrução e exclusão do sistema previdenciário de grande parte do seu contingente.

TABELA 1

TAXAS DE ATIVIDADE DO BRASIL POR SEXO – 1940/1970

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970
Masculina	58,0	56,4	53,1	50,4
Feminina	9,9	9,6	11,5	13,1
Total	33,9	32,9	32,5	31,4

Fontes: Costa, 1968 e Lewin et al., 1977.

O grau de participação da mulher no sistema produtivo tem variado segundo as etapas de formação econômico-social do país. Na fase anterior ao processo de industrialização a presença feminina na produção econômica era numericamente mais significativa e a sua inserção na força de trabalho se fazia através da família, quer nos trabalhos agrícolas, quer nas pequenas empresas manufatureiras ou comerciais.

Como essas funções eram desempenhadas em condições subsidiárias ao homem, foi possível a sua eliminação do processo produtivo, numa etapa mais avançada do desenvolvimento econômico, com o aparecimento do capitalismo que desorganiza a economia camponesa e destrói o pequeno comércio e a fabricação caseira. A partir daí, os obstáculos à reintegração feminina no mundo do trabalho e as oportunidades sociais que lhe são oferecidas passaram a ser controladas pelas necessidades do sistema competitivo. A mulher passa, então, a fazer parte de uma reserva de força de trabalho que poderá ser utilizada sempre que apareçam necessidades de baixar os custos da produção, elevar o ritmo de crescimento econômico ou substituir o homem naquelas funções deixadas em aberto quando ocorrem transformações técnico-econômicas no sistema produtivo que acarretam mobilidade ocupacional e social. O emprego da mão de obra feminina tem sido considerado extremamente vantajoso quando se elabora a equação de custos de determinadas mercadorias, porque ela se sujeita a perceber remuneração inferior, sobretudo devido à sua menor qualificação técnica e à sua baixa capacidade reivindicativa, resultante de condicionamentos sócio-culturais da sociedade.

Os dados da Tabela 2, adiante transcrita, mostram como se processa a participação da mulher brasileira na PEA total.

TABELA 2

EVOLUÇÃO DA PEA FEMININA (1872-1970) BRASIL

Anos	% de mulheres economicamente ativas
1872	45,5
1900	45,3
1920	15,3
1940	15,9
1950	14,7
1960	17,9
1970	21,0

Fonte: Censos Demográficos – Brasil – IBGE.

No primeiro recenseamento realizado no Brasil, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva do país, estando majoritariamente empregadas na agricultura e no setor de serviços domésticos. Em 1900, o censo exibe proporções idênticas ao censo anterior, quanto à PEA feminina, sendo sua composição interna, porém, sensivelmente diferente: 52,6% da totalidade das mulheres ativas dedicavam-se aos serviços domésticos; 24,6% à agricultura; 14,2% localizavam-se nas artes e ofícios, apenas 4,2% nas indústrias<sup>1</sup> e os restantes 4,4% no comércio e noutras atividades.

Em 1920, presencia-se uma queda brusca na representação feminina, perfazendo apenas 15,3% da PEA nacional, mantendo-se aproximadamente na mesma situação até 1950. Observa-se, neste período, que o equilíbrio numérico se processa pela neutralização entre a lenta e gradual queda no emprego rural e o avanço numérico no setor terciário.

O surto industrial na década dos 50, a aceleração da urbanização já em curso e a ampliação do sistema produtivo nacional irão refletir-se sobre o crescimento da PEA feminina, nos censos seguintes, embora o emprego nos setores primário e secundário continue a declinar. O aumento substancial nas ocupações do terciário torna-se o responsável pelo ingresso das mulheres na força de trabalho.

Historicamente, o trabalho feminino na agricultura está vinculado à economia do tipo camponês e à subsistência em geral. A atual queda do emprego feminino (Fundação IBGE, Censos Demográficos) indica o movimento de duas tendências simultâneas e complementares: de um lado, a especialização crescente das grandes propriedades em culturas comerciais ou em pecuária extensiva, calcadas na produção capitalista e no trabalho assalariado; do outro, a adoção de tecnologia avançada, principalmente a mecanização ampliada das atividades agrícolas. Em ambos os casos, as tarefas produtivas são preferentemente atribuídas a trabalhadores de sexo masculino. Pesquisas recentes (Lopes, 1976) demonstram que essas tendências têm sido acompanhadas de drástica proletarização da força de trabalho, processando-se a substituição do pequeno produtor autônomo por mão-de-obra assalariada, diminuindo as oportunidades de emprego permanente para a mão-de-obra feminina que, na agricultura, se insere majoritariamente na categoria de "trabalhador familiar não remunerado".

Quanto à participação da mulher nas atividades econômicas do setor secundário, verificou-se que, além de ser extremamente baixa, concentra-se em indústrias tecnologicamente tradicionais. Mesmo naquelas mais sofisticadas, como no caso das indústrias química e farmacêutica, o seu trabalho é do tipo rotineiro, estando

ausente da esfera de decisão e da produção propriamente dita.

O censo demográfico de 1970 revela que 72,8% da população feminina economicamente ativa concentra-se em seis ocupações: quatro referem-se a atividades manuais e duas a atividades não manuais (*professoras primárias e "funções burocráticas de escritório"*) (Ministério do Trabalho, 1976). A maior concentração localiza-se nas atividades manuais (56%), das quais participam os estratos sociais mais baixos, onde o background de escassez econômica é o fator determinante para a profissionalização feminina. A necessidade de participar total ou parcialmente no reduzido orçamento familiar assim como o estreito elenco de oportunidades de trabalho a elas oferecido, quer devido à sua precária qualificação ocupacional, quer devido às necessidades intrínsecas do sistema capitalista em implantação, redundam em pouca diversificação no perfil do emprego para as mulheres dessas camadas sociais.

As atividades citadas como não manuais perfazem 16,6% e, apesar de numericamente menores, são "nestas

TABELA 3

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA PEA FEMININA,  
POR CONCENTRAÇÃO OCUPACIONAL BRASIL - 1970

Ocupações específicas	Nº absoluto	Porcentagem
Empregadas domésticas	1.655.384	27,0
Camponesas	1.134.546	18,4
Professoras Primárias	535.493	8,7
Funções burocráticas de escritório	489.395	7,9
Costureiras (e bordadeiras)	364.304	6,5
Lavadeiras	243.161	3,9
Balconistas e Entregadoras	193.187	3,1
Serventes	143.883	2,3
Enfermeiras não diplomadas	107.906	1,8
Tecelãs	62.308	1,0
Outras Ocupações	1.200.187	19,5
Total	6.165.447	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho, 1976

<sup>1</sup> Esse percentual representava 91,3% da mão de obra empregada nas atividades secundárias, pois o parque industrial instalado era composto, quase que exclusivamente, de manufaturas de tecidos.

que se encontram as mulheres das chamadas classes médias" (Ministério do Trabalho, 1976). O magistério é a segunda fonte de emprego feminino no setor de serviços, e as mulheres chegam a perfazer 95,0% do corpo docente do curso primário no Brasil (Barroso, 1975). Contudo, neste mesmo ramo, persistem discriminações, uma vez que a proporção de mulheres integrantes do magistério começa a baixar, na medida em que elevam os níveis de ensino: 60,0% do corpo docente do 1º ciclo secundário são constituídos por mulheres, 50,0% no segundo ciclo e 23,0% no ciclo superior. É também através do prestígio que envolve as ocupações dos cargos mais elevados que se pode detectar uma outra forma e um outro fator de discriminação. "Chega a surpreender a regularidade... que, quanto mais alto o posto na hierarquia, menor a proporção de mulheres entre os que o ocupam." (Barroso, 1975).

As taxas diferenciais de desemprego, segundo sexo, revelam uma das grandes discriminações que se processa no mercado de trabalho brasileiro. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD - 1972), mostram que 92% dos homens em atividades urbanas estão engajados em ocupações que demandam mais de 34 horas semanais de trabalho ao passo que, para as mulheres, a proporção cai para 70% (Carvalho, 1972). A Tabela 4, a seguir reproduzida, mostra que a percentagem da população ativa em subemprego visível varia de maneira muito ampla de região para região, alcançando o seu ponto mínimo no Rio de Janeiro (6,2%) e o seu ponto máximo no Nordeste (24,1%). Examinando-se, em seguida, os percentuais grupados por sexo, verifica-se que a participação média feminina em situação de desemprego é quatro vezes maior que a masculina, sendo que o seu intervalo de variação oscila entre 2,4 vezes para o Rio de Janeiro e 4,7 vezes para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

TABELA 4  
PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM SUBEMPREGO VISÍVEL, POR REGIÃO, SEGUNDO SEXO BRASIL - 1972

	Rio de Janeiro	São Paulo	Sul	M.Gerais E.Santo	Nordeste	Total
Homens	1,8	1,9	3,7	2,6	5,3	3,1
Mulheres	4,4	8,3	15,0	13,0	18,8	12,8
Total	6,2	10,2	18,7	15,8	24,1	15,9

Fonte: Carvalho, 1972.

A diferença de remuneração entre os sexos é marcante. Dados estatísticos (Fundação IBGE, PNAD) demonstram que mais de 50% da PEA feminina percebe até 1 salário mínimo, enquanto os homens alocados nesta faixa salarial perfazem 39,4%. À medida que sobe o padrão remunerativo na escala de renda, aumenta a diferença de participação entre os sexos, até atingir a proporção de 1 mulher para 60 homens no grupo salarial acima de 30 salários mínimos.

Estudo realizado em 1971 (Barroso, 1977) indica que os homens percebiam salário de cerca de 57% maior que o das mulheres, em todas as profissões exercidas na indústria paulista. Nas tarefas não qualificadas a proporção é de uma mulher para cada 3 homens, enquanto que nas atividades de qualificação média há 1 mulher para cada 6 homens e naquelas de nível superior a proporção sobe drasticamente, atingindo a média de 1 mulher para cada 19 homens.

TABELA 5  
SALÁRIOS DAS MULHERES EM RELAÇÃO AOS SALÁRIOS DOS HOMENS, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO REGIÕES - CATEGORIA DE "EMPREGADOS"

Regiões	Total Média	Analfatos	Elementar	Médio 1º ciclo	Médio 2º ciclo	Superior
1 - GB e RJ	0,80	0,79	0,72	0,79	0,69	0,79
2 - SP	0,82	0,86	0,77	0,70	0,78	0,77
3 - SUL	0,79	0,84	0,77	0,67	0,67	0,77
4 - MG e ES	0,85	0,93	0,77	0,79	0,58	0,58
5 - NORO-ESTE	0,86	0,96	0,88	0,48	0,51	0,36

Fonte: Salm, 1970.

A Tabela 5 mostra que a remuneração média da PEA feminina para o conjunto do país equivale a 80% do salário masculino médio; no entanto, quando se processa a desagregação por região geográfica e por nível de instrução, percebe-se que a diferença salarial entre sexos se amplia.

Comparando-se o salário médio feminino entre as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas do país (as três primeiras regiões em relação às duas segundas), verifica-se que o número de pontos contidos no intervalo é bastante pequeno. À primeira vista, parece que o grau de desenvolvimento de uma região não é a variável explicativa, pelo menos enquanto se manipula com o dado médio. No entanto, quando se considera os diferentes níveis de instrução, verifica-se que as disparidades inter-regionais tendem a aumentar drasticamente. Quanto mais rica é a região, menor a diferença salarial entre os sexos, quando relacionada aos níveis de escolaridade da PEA. Por outro lado, à medida que aumenta o grau de instrução, a discriminação é muito maior nas áreas

pobres do país, ou seja, quanto mais baixa a instrução, tanto mais se aproximam os níveis salariais entre homens e mulheres.

O fenômeno pode decorrer do fato de que os salários em geral, até ao nível de ensino elementar, são tão baixos nas regiões subdesenvolvidas, que simplesmente não comportam maior discriminação. Além disso, estando a grande proporção das PEAs, masculina e feminina, concentrada nas categorias de analfabetos e indivíduos com instrução elementar, o seu volume numérico interfere na composição da remuneração média, que se torna mais proporcional entre os segmentos femininos e masculinos (Salm, 1970).

Porém, mesmo nas áreas desenvolvidas é ao nível da PEA analfabeta que os salários médios relativos apresentam uma diferença menor entre a mão de obra masculina e feminina. Esta situação deriva do fato da grande proporção de mulheres sem instrução estar alocada no setor de prestação de serviços individual, como empregadas domésticas, enquanto os homens sem nenhuma qualificação educacional se encontram nas atividades do setor primário (agricultura, pecuária e extração vegetal) e nas posições subalternas do secundário, principalmente na indústria de construção civil. É nessas atividades econômicas que os salários percebidos são os mais baixos.

Observa-se uma queda acentuada do salário relativo das mulheres que alcançaram o 2º ciclo do nível médio. É provável que, neste caso, o baixo salário das professoras primárias seja um fator de peso. São Paulo situa-se como exceção devido à maior diversificação da sua economia, que parece poder oferecer maior número de ocupações alternativas para as mulheres com este nível de escolarização (Salm, 1970).

Contrariando a expectativa de que os níveis de instrução elevada tendem a igualar as recompensas salariais entre homens e mulheres, a discriminação ocorre também no grau superior, e de forma extremamente acentuada no Nordeste, onde, paradoxalmente, as mulheres são menos discriminadas na universidade em relação às chamadas profissões masculinas. Estes dados permitem perceber que, mesmo ostentando crescentes graus de qualificação educacional, a mulher ocupa postos de menor importância na hierarquia funcional do que os homens portadores do mesmo nível de instrução, em decorrência do sistema valorativo da sociedade brasileira que sustenta a ideologia do "rendimento diferencial por sexo". Essa ideologia do "rendimento diferencial" refere-se tanto à produção intelectual e manual como ao rendimento monetário propriamente dito. A *visão do mundo* vigente elabora certas hierarquizações sociais em que o trabalho feminino é apreendido e considerado como complementar, secundário e marginal no orçamento doméstico. Esta concepção vem sofrendo uma perda gradativa de consistência ao mesmo tempo que se consolida lentamente um consenso, mais teórico que real, quanto à igualdade de aspirações e realizações profissionais numa sociedade calcada em moldes competitivos em suas relações de mercado (Lewin et al, 1977).

No entanto, contraditoriamente, enquanto se processa uma ampliação no acesso das mulheres aos níveis mais elevados de escolaridade, a estrutura organizacional do mercado de trabalho mantém-nas fora da competitividade ocupacional. É possível que os mecanismos de discriminação, quando não são impostos diretamente pelo mercado de trabalho, atuem do lado da formação educacional, no sentido de encaminhar desigualmente homens e mulheres para diferentes profissões, o que, sem dúvida, repercute sobre a relação de oferta-procura de certas especializações. "É claro que aqui, em boa medida, é a própria consciência feminina que assume a discriminação. Assim, os menores salários relativos pagos às mulheres de nível superior podem estar ligados à formação essencialmente distinta que são levadas a buscar." (Salm, 1970).

O problema de tratamento diferencial dispensado à PEA feminina não é uma temática de exclusividade dos países subdesenvolvidos. Nash (1975) aponta para o fato de que, nas atuais sociedades altamente modernizadas, a experiência ocupacional da mulher ou a sua forma de inserção no mercado a partir dos primórdios do processo de industrialização destes países, concorreu para a cristalização dos atuais modelos de discriminação salarial e de segregação ocupacional em tarefas de menores habilidades técnicas, e para uma forma de discriminação *cumulativa* que é a resultante do somatório de vários outros tipos de preconceitos que se converteram na maneira como a sociedade global pensa a respeito da mulher.

Segundo esta autora, os níveis de discriminação derivam da divisão do trabalho por sexo, a qual responsabiliza a mulher pelas atividades domésticas enquanto a priva da sua capacidade de "ganhar a vida" independente de suas funções primeiras, e assim só entra no mercado de trabalho para suplementar a inadequada renda familiar do "chefe da família". Na medida em que o moderno mercado de trabalho estimula a mobilidade dos fatores de produção e enfatiza a carreira como fator de sucesso, a mulher é, neste caso, sempre a perdedora ou "fracassada" em relação ao homem, dadas as pressões que, sobre ela, são ativadas no sentido da realização dos seus *papéis femininos*. Alguns sindicatos norte-americanos têm apoiado a campanha do "pagamento igual para tarefas idênticas", pois a reivindicação feminina, se realizada isoladamente só por mulheres, as colocaria numa situação de vulnerabilidade quanto à sua dispensa do trabalho (Baker, 1964).

Quando ações legais são levadas a cabo para forçar a igualdade salarial, a reação dos empresários tem sido freqüentemente a de criar "tarefas guetonizadas", dentro de uma ampla classificação de empregos de definição amorfa, em relação à legislação vigente (Madden, 1973). Por outro lado, a discriminação *cumulativa* é baseada em pressupostos sobre a performance profissional da PEA feminina, tais como absentismo, freqüentes interrupções de carreira, saída do mercado devido ao

casamento e maternidade. Nash (1975) afirma que muitos desses mitos já não se justificam, quando se toma por base os dados estatísticos coletados nos institutos especializados em estudos sobre força de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em seu relatório de 1975 aponta para o fato de que, nos países subdesenvolvidos (e mesmo nos desenvolvidos) a pobreza combinada com a responsabilidade de manutenção e sobrevivência da família tem sido responsável pela permanência da mulher no mercado de trabalho (International Labour Organization, 1975).

No caso brasileiro, parecem estar atuando tanto os fatores apontados pela Organização Internacional do Trabalho, dado o perfil de concentração da sua estrutura de rendas, como também as atitudes referentes à orientação de carreira que as mulheres portadoras de diploma superior exibem. É de se esperar uma mudança na composição do emprego feminino para o censo de 1980, dado o crescente aumento das mulheres matriculadas no ensino superior entre os anos 1968 a 1977 (em comparação com a situação verificada no intervalo que decorreu de 1950 a 1967) pois parte desse contingente já terá ingressado na força de trabalho.

Força de trabalho feminina e estado civil estão também intimamente associados. Mulheres solteiras participam no circuito produtivo quase três vezes mais que as casadas (Miranda 1975). Essa diferença acentuada não reside apenas na dificuldade de compatibilizar tarefas domésticas e extra-domésticas, mas principalmente nas atitudes negativas que acompanham o exercício profissional das mulheres casadas, tanto do ponto de vista do empregador, como da ótica do grupo familiar. Entrevistas com trabalhadoras industriais (Blay, 1975) permitiram detectar de que maneira o trabalho da mulher casada é corretamente encarado: atitudes de desencorajamento, quando do início da atividade extra-doméstica; restrições à profissionalização da mulher-mãe e da mulher-esposa; manutenção da clássica divisão de trabalho interna, no lar, sem que o exercício da atividade ocupacional altere a atribuição das funções domésticas femininas; posição avaliada pelo grupo doméstico, segundo a sua condição de sexo e não de agente produtivo.

O duplo papel econômico da mulher — o doméstico e o industrial — aparece no nível da consciência social, através de uma ideologia que justifica e glorifica o primeiro deles e que endossa o segundo. Nessas condições, não há uma nova ideologia do papel social da mulher, visto que as condições materiais e as relações de produção ainda se apoiam fortemente na exploração do trabalho doméstico.

Poder-se-ia afirmar que a mulher não rompe a dicotomia trabalho doméstico/trabalho produtivo extra-doméstico. Ela procura equilibrar-se entre as demandas que podem ir desde a complementariedade até à contradição/oposição entre os domínios do privado (a esfera doméstica) e do público (a esfera do trabalho) possuindo uma sobrecarga de atribuições das quais nenhuma lhe basta para a sua auto-realização. Em parte, a procura de tarefas que compatibilizem esses dois domínios pode ser uma resposta funcional da mulher dentro do quadro valorati-

vo da sociedade em que vive. Sua orientação para assumir certos tipos de tarefas produtivas e escolher determinadas atividades profissionais estão presididas por aquela opção irreconciliável.

Quanto mais elevado o grau de escolaridade feminina, maior é a sua taxa de participação no mercado de trabalho, qualquer que seja o seu estado civil (Miranda, 1975). A Tabela 6 que se segue demonstra bem esta situação, embora os números não permitam perceber nem a forma de inserção nas relações de produção, nem o seu nível de remuneração.

Apesar das mulheres portadoras de maiores níveis de escolarização, casadas ou solteiras, apresentarem taxas mais elevadas de atividade econômica, estas taxas influem muito marginalmente nas taxas globais de participação, visto que o total da força de trabalho feminina corresponde somente a 9,93% e 26,95% dos contingentes discriminados por estado civil enquanto a participação masculina alcançou, em seu conjunto, 84% em 1970.

A redução do diferencial de participação na força de trabalho entre mulheres casadas e solteiras, à medida que se eleva o grau de instrução, parece estar associada com o fato daquelas pertencerem a status social mais elevado e, dessa forma, contarem com a cooperação de empregadas domésticas, além de exibirem taxas de fecundidade mais baixas e, portanto, menos sujeitas à discriminação do mercado (Miranda, 1975).

**A** variável educação demonstra possuir grande impacto no papel produtivo da mulher, pois quanto maiores seus níveis de escolaridade, tanto maior a diversificação da sua participação e permanência no mercado de trabalho. Esta apresenta-se mais estável e, portanto, menos fragmentada em termos de sucessivas entradas e saídas, exibindo, por outro lado, forte orientação em relação à formação de "carreira" (Lewin et al, 1977). Contudo, esta afirmação deve ser tomada com certa cautela, quando se compara com o desempenho da força de trabalho masculina, pois não parece haver necessariamente uma correlação positiva entre graus de instrução da PEA feminina e preenchimento hierárquico de cargos e funções.

A escolarização da mulher cresceu e se ampliou rapidamente, nestas duas últimas décadas. Entretanto, a sua trajetória pelo sistema de ensino não é idêntica à de seus colegas do sexo masculino, resultando historicamente numa participação desigual pelos diferentes graus e modalidades de cursos. Os dados do censo de 1970 demonstram que o contingente portador de curso primário completo dividia-se equilibradamente entre os dois sexos. Quanto à diplomação no curso ginasial, a proporção de mulheres era inferior à dos homens, havendo a seguir inversão para o colegial (mais mulheres que homens com esse curso completo) e, finalmente, acentuadíssima predominância de homens portando diplomação completa de nível superior, correspondendo a

75% do total da população com grau universitário (Fundação IBGE, Censo Demográfico). Esses dados parecem indicar que a educação formal vem preparando as mulheres para assumirem predominantemente os postos médios da hierarquia sócio-ocupacional, ao passo que suas chances de alcançarem os "lugares" mais valorizados são considerável e progressivamente reduzidas, se comparadas às dos homens, na medida em que se orientam e se concentram em carreiras que não conseguem transformar o seu produto final — a profissão — em um bem ou "mercadoria" dotada de grande potencialidade de transação econômica no mercado de compra e venda da força do trabalho.

papel da mulher na sociedade. Refere-se tanto aos textos e materiais didáticos utilizados nas escolas primárias, nos quais o modelo feminino cola-se ao de dona de casa e mãe submissa e sem poder decisório, como na organização dos currículos que, no antigo ensino profissional, apresentava uma clara dicotomização entre as tarefas e habilidades mais adequadas a cada sexo: Artes Industriais e Aprendizagem Industrial para os meninos; Educação Doméstica, Corte e Costura... para as meninas.

"Após a Lei nº 5.692/71"<sup>2</sup>, vem-se tentando seguir a sadia orientação de unificar, sob uma mesma organização curricular, tanto a formação geral como as disciplinas de formação específica. Sabemos, contudo, que as

TABELA 6  
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO. POR NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO E ESTADO CIVIL

Níveis de escolaridade	Mulheres casadas			Mulheres solteiras		
	FT %	População		FT %	População	
		Absol.	%		Absol.	%
Analfabetas	6,35	5.542.746	39,57	19,71	1.035.610	19,82
Alfabetizadas e com primário incompleto	7,20	4.484.052	32,01	23,96	1.527.293	29,23
Primário completo e ginásial incompleto	12,08	3.071.823	21,93	29,66	1.885.279	36,08
Ginásial completo e colegial incompleto	21,44	415.598	2,97	24,35	466.944	8,94
Colegial completo	49,38	403.036	2,88	64,69	220.600	4,22
Universitário incompleto	54,25	17.862	0,13	43,44	56.447	1,08
Universitário completo	65,82	70.780	0,51	77,17	32.847	0,63
Totais	9,93	14.005.897	100, —	26,95	5.225.020	100, —

Fonte: Miranda, 1975.

O momento crucial de seleção do homem é a passagem do 1º para o 2º grau, provavelmente por ser ele obrigado a trabalhar; isso ocorre também com a mulher, mas não de maneira tão acentuada, o que explica sua predominância quantitativa no 2º grau. Não encontrando alternativas de trabalho e não estando ainda em idade de casar, a jovem permanece na escola (Mello, 1977). A expansão numérica da rede de ensino oficial tem acentuado esta configuração e os registros estatísticos apontam para o fato de que, nas regiões menos desenvolvidas, a taxa de escolarização da população feminina é maior que a taxa de escolarização da população masculina (Lewin, 1976). Os mecanismos de seleção socio-econômica, responsáveis pela pirâmide de matrícula no nosso ensino, não somente operam de modo diferente para os dois sexos, mas, no caso da mulher, são reforçados por obstáculos representados pelos valores associados ao papel subordinado que lhe reserva a cultura. Mello (1977) observa que, do ponto de vista qualitativo, a escola tem funcionado como um reforço dos estereótipos sobre o

práticas educativas mudam bem mais lentamente que as leis. O que parece estar ocorrendo na prática é a extensão das antigas disciplinas específicas do ginásio profissional para todas as escolas, englobadas num rótulo geral de "sondagem de aptidões". O risco de que os vícios da velha estrutura sejam incorporados à nova são grandes e é bem possível que meninos e meninas continuem sendo separados. É descabido e sem fundamento o pressuposto de que, nessa faixa etária, as diferenças de sexo quanto a interesses e aptidões realmente sejam indicativas de uma futura decisão profissional. Muito provavelmente elas são fruto da influência precoce e, portanto, carregadas de imagem e modelos sexuais estereotipados" (Mello, 1977).

<sup>2</sup> A Lei nº 5.692/71 corresponde à recente Reforma do Ensino que ampliou o ensino elementar de 4 para 8 séries; tornou extensiva a toda a população a obrigatoriedade completa deste grau de ensino e introduziu a terminalidade do 1º e 2º graus, através das práticas profissionalizantes, em disciplinas específicas.

Os dados demonstram que o número de moças que buscam o ensino superior está aumentando extraordinariamente (Lewin et al, 1975). Contudo, esse aumento está gerando maior concentração em carreiras tradicionalmente femininas. Em outras palavras, a preferência por determinados cursos universitários configura e reforça uma situação de escolhas profissionais já cristalizadas no tempo pelo sistema social, embora estejam já ocorrendo mudanças na composição de certas carreiras que, até bem recentemente, eram dominadas pelo sexo masculino e agora estão a tornar-se mistas. Contudo, persiste grande dificuldade de penetração das mulheres em áreas inteiramente monopolizadas pelos homens e nas quais os requisitos valorativos de rigor, disciplina, persistência, força física e capacidade mental tornam difícil a aceitação de mulheres, visto que as características a elas associadas compõem um elenco de atributos que se opõem às anteriores: dependência, sociabilidade, superficialidade, dispersão mental, absenteísmo, emocionalidade, etc. Definidas essas qualificações por oposição, a rejeição de escolha destas carreiras emerge por parte das próprias mulheres que se afastam da competição universitária.

**E**m pesquisa recentemente realizada sobre a diversificação da demanda ao ensino superior no Brasil (Lewin, 1977 b), no período compreendido entre 1972 a 1977, construiu-se uma "Tipologia das Preferências Ocupacionais" e, tomando-se o contingente feminino como unidade referencial, foi possível determinar três diferentes macro-grupos de carreiras, segundo

sua posição numa *Escala de Feminização*, especialmente elaborada.

- I – *Carreiras femininas* – cuja predominância percentual de mulheres varia de 60 a 100% do total dos candidatos. Considerando que o intervalo assinalado, demasiadamente amplo, poderia acarretar a perda dos diferentes graus de concentração sexual, decidiu-se dividi-lo em dois sub-tipos:  
FF = extremamente feminina: 100 a 80%;  
F = feminina: 79 a 60%;
- II – *Carreiras mistas* – caracterizadas pela presença relativamente equilibrada dos dois sexos, podendo, contudo, ser observada pequena dominância de um ou de outro sexo, dentro dos limites convencionados de 59 a 41% de candidatos femininos, de acordo com o critério adotado.
- III – *Carreiras masculinas* – cuja preponderância de homens pode alocar 60 a 100% dos candidatos. Considerando a necessidade de padronização de linguagem, já que foi determinado a priori ser o referencial anotativo o contingente feminino e, considerando as mesmas razões expostas quanto à amplitude do intervalo, decidiu-se pela partição em dois subtipos:  
M = masculinizado: 40 a 21% de mulheres;  
MM = extremamente masculino: de 20 a 0%.

A classificação das carreiras, segundo a sua posição na *Escala de Feminização* para cada ano do período estudado, permitiu a montagem de várias tabelas segundo o tipo ou o subtipo da carreira (Tabelas 8 a 12) e, como decorrência, a elaboração de uma tabela síntese (Tabela 7) que permite captar a globalidade do fenômeno numa perspectiva diacrônica.

TABELA 7  
DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA DAS CARREIRAS SEGUNDO O GRAU DE FEMINIZAÇÃO  
1973 a 1977

Carreiras	1973	1974	1975	1976	1977
I – Femininas	20 (41,7%)	22 (42,3%)	23 (44,2%)	24 (45,3%)	21 (40,4%)
I.1 – F.F.	11	13	13	12	13
I.2 – F.	9	9	10	12	8
II – Mistas	11 (22,9%)	12 (23,0%)	13 (25,0%)	11 (20,7%)	13 (25,0%)
III – Masculinas	17 (35,4%)	18 (34,6%)	16 (30,8%)	18 (34,0%)	18 (34,6%)
III.1 – M	10	11	9	11	11
III.2 – M.M.	7	7	7	7	7
Totais	48 (100%)	52 (100%)	52 (100%)	53 (100%)	52 (100%)

*Critério:* Carreiras femininas: 60 – 100% de mulheres { extremamente femininas (80 a 100%)  
feminilizadas (60 a 79%)

Carreiras mistas: 41 a 59% de mulheres

Carreiras masculinas: 1 a 40% de mulheres { masculinizadas (21 a 40%)  
extremamente masculinas (0 a 20%)



TABELA 8  
DISCRIMINAÇÃO DAS CARREIRAS SEGUNDO SUA POSIÇÃO NA ESCALA DE FEMINIZAÇÃO

Carreiras	Anos				
	1973	1974	1975	1976	1977
FF (*)					
Artes	84,3	80,0	81,0	—	—
Biblioteconomia	94,7	94,7	94,6	91,1	92,2
Comunicação e Expressão	—	100,0	88,8	90,0	—
Educação	94,8	95,2	95,2	94,7	95,5
Educação Artística	—	—	—	100,0	86,3
Educação Familiar	100,0	100,0	97,1	100,0	100,0
Educação Física Feminina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Enfermagem	81,7	82,1	85,0	85,0	84,7
Estudos Sociais	—	100,0	87,5	—	—
Letras	88,1	86,9	86,7	85,8	85,8
Licenciatura em Ciências	100,0	—	—	—	—
Museologia	—	82,4	—	84,0	80,0
Nutrição	89,9	89,8	92,0	92,4	93,5
Psicologia	80,5	83,0	84,0	83,0	86,0
Reabilitação	—	—	81,3	—	85,0
Serviço Social	97,6	98,3	96,8	96,9	96,9
Turismo	—	—	—	—	80,2

(\*) FF = Predominância de candidatas femininas de 80 a 100%.

TABELA 9  
DISCRIMINAÇÃO DAS CARREIRAS SEGUNDO SUA POSIÇÃO NA ESCALA DE FEMINIZAÇÃO

Carreiras	Anos				
	1973	1974	1975	1976	1977
F (*)					
Artes	—	—	—	78,2	78,8
Ciências Biológicas	65,0	64,8	66,0	66,0	64,4
Comunicação	53,0	60,5	61,6	61,0	62,2
Estudos Sociais	—	—	—	75,0	67,7
Farmácia	—	—	—	62,5	63,4
Filosofia	62,1	65,5	60,1	—	—
Geografia	—	—	61,1	—	—
História	76,9	75,1	70,0	70,0	65,3
Licenciatura em Ciências	—	79,2	66,9	75,5	65,7
Museologia	—	—	74,0	—	—
Música	60,0	—	—	63,0	—
Reabilitação	74,3	78,0	—	79,4	—
Relações Públicas	73,7	68,3	68,0	68,0	—
Turismo	74,5	75,4	80,0	77,0	—

(\*) F = as candidatas femininas aparecem com uma contribuição percentual que varia de 60 a 70%.

Carreiras caracterizadas como "Femininas" são as mais numerosas ao longo do período estudado, variando entre 40 e 45% do total. O grupo "Masculinas" situa-se em segundo lugar, com uma representatividade média da ordem dos 34%, enquanto que as do tipo "Misto" flutuam entre 20 e 25% do efetivo total de carreiras. Essas variações ocorrem na medida em que uma mesma carreira ocupa posições diferentes na *Escala de Feminização*, porque a composição da sua clientela apresenta oscilações anuais. Este processo de "circulação das carreiras" ocorre preferentemente de duas maneiras. Em primeiro lugar, há alterações dentro do mesmo macro-tipo, através da contribuição mútua entre os seus respectivos subtipos. A outra forma de transição das carreiras processa-se em relação ao tipo "Misto" que, pela sua posição intermediária, situa-se próximo a um dos subtipos que compõem cada tipo fundamental e, nesse caso, troca, recebe ou aporta carreiras de si e para si.

Os dados demonstram que, apesar da hegemonia numérica das carreiras femininas, elas não alcançam contribuir com uma clientela feminina numericamente hegemônica. No entanto, analisando comparativamente os anos de 1960 a 1975, quanto aos aportes feminino e masculino na população candidata ao ensino superior, verifica-se que as mulheres apresentaram uma taxa de crescimento quase seis vezes maior do que a dos homens, para aquele período. Cálculos de projeção apontam que, nos próximos cinco anos, a tendência será para a quase paridade entre os dois contingentes nos exames de seleção à universidade.

Do comportamento da demanda em relação às carreiras classificadas como "Femininas" (tipos FF e F — ver Tabelas 7, 8, e 9) é possível inferir uma nítida orientação das mulheres em direção às suas tradicionais profissões. Embora já se note certa diversificação no seu clássico elenco de carreiras, essas novas preferências são variações modernizadas e muito próximas às antigas escolhas.

Das 22 carreiras que compõem o grupo "Femininas" (FF + F) apenas seis são responsáveis por 85% da preferência dos candidatos. Estas carreiras são: Letras, Enfermagem, S. Social, Educação, Psicologia e Comunicação. Destas, as quatro primeiras ostentam como característica básica a origem cultural paterna dos candidatos que se situa majoritariamente ao nível primário de instrução, além da renda familiar concentrar-se no estrato médio-baixo. A formação escolar da clientela dessas carreiras é formada pelo aporte maciço de egressas do Normal, do Madureza e do Técnico, além de comportar em seu interior um contingente considerável de estudantes que cursaram o 2º grau noturno, principalmente S. Social e Enfermagem. Essas carreiras colocam-se no extremo oposto do padrão elitizado das carreiras da área das ciências exatas e refletem claramente a corrida universitária dos estratos sociais de baixas rendas e seus modelos de escolha profissional. Quanto à Psicologia e Comunicação, a sua clientela provém de patamares médios, quer em relação à renda familiar, quer em relação à instrução paterna, sendo também o Normal o grande contribuinte na composição da população candidata, predominando os alunos do curso diurno.

Comunicação e Psicologia podem ser consideradas carreiras de absorção de candidatos de rendas altas, que originariamente estariam orientados para as do magistério propriamente dito, mas que, ao serem estas "invadidas" por contingentes de níveis de renda e cultura mais baixos, se deslocam para profissões mais modernas e que acenam inicialmente com maiores oportunidades de trabalho. Esse fenômeno de "migração pré-profissional" (Lewin, 1977 b) acontece em todas as carreiras em que os estratos de rendas altas se sentem ameaçados de perder o exclusivismo dentro delas. Embora Comunicação e Psicologia tenham recebido "candidatas-imigrantes de outras áreas" está passando a exportá-las na medida em que essas carreiras estão tornando-se cada vez mais "populares", pela entrada crescente de candidatos cuja formação escolar anterior provém de cursos noturnos do tipo Técnico e Madureza.

A grande revolução que pareceria estar ocorrendo nas carreiras do tipo "Misto" (ver Tabela 10), no qual as mulheres começam a participar de forma intensa em cursos que outrora se encontravam distantes dos seus projetos profissionais, é muito mais um efeito ilusório que real, porque grande parte das egressas vão ocupar funções de magistério ou administrativas dentro dessas profissões. São os casos da Arquitetura, Matemática, Química, Medicina, Odontologia e Estatística que começam a aumentar anualmente o seu efetivo feminino, podendo até mesmo transformar-se em carreiras femininas propriamente ditas. Desenho Industrial que expandiu aceleradamente o seu contingente feminino, nos 3 primeiros anos, apresentou em seguida queda acentuada e progressiva. Música, Teatro, Relações Públicas, Geografia e Filosofia, são as outras carreiras menores, de natureza mista, onde as mulheres se sobressaem.

Finalmente as Tabelas 11 e 12 mostram que o maior "redução da masculinidade" — o subtipo MM — é composto em sua maioria pelas Engenharias, além da Geologia e Educação Física. Não se incluiu na análise a Educação Física Masculina nem a Feminina, por serem exclusivas de cada sexo. A menor participação feminina ocorre na Engenharia Operacional, com um efetivo médio anual da ordem dos 5%, seguida da Engenharia que conserva uma clientela feminina girando em torno dos 9,5%.

A penetração feminina mais acelerada ocorreu nas Engenharias Agrônoma e Florestal que, em 5 anos, passou de uma representação percentual inicial de 6,2% e 7,2%, respectivamente, para 12,1% e 15,4%. O segundo "redução da masculinidade" — o subtipo M — apresenta uma característica muito interessante.

Em verdade, nesse "redução global de masculinidade" (MM + M) presencia-se uma forte rigidez à penetração feminina em seu espaço exclusivo. No entanto, apesar de parecer um contra-senso, é nessas profissões que a revolução educacional, na reversão das expectativas ocupacionais femininas iniciou o seu processo, abrindo pequenos interstícios que o tempo se encarregará de garantir e ampliar. Esse processo é lento, mas consoante com o tempo necessário para quebrar tabus e alterar atitudes cristalizadas quanto à tradicional divisão sexual do trabalho. Mas é exatamente nessas carreiras, embora mas-

TABELA 10  
DISCRIMINAÇÃO DAS CARREIRAS SEGUNDO SUA POSIÇÃO NA ESCALA DE FEMINIZAÇÃO

Carreiras	Anos					
	Mista (M/F) (*)	1973	1974	1975	1976	1977
Arquitetura		54,9	51,9	52,8	52,1	52,7
Ciências Agrícolas		53,2	—	50,0	—	—
Ciências Atuariais		—	—	50,0	—	—
Desenho Industrial		48,9	50,3	54,0	46,0	41,0
Direito		48,8	46,8	45,0	45,0	44,4
Farmácia		46,4	48,6	57,0	—	—
Estatística		46,5	53,4	46,0	48,0	49,2
Filosofia		—	—	—	56,5	51,0
Geografia		—	47,9	—	55,7	51,3
Matemática		56,4	52,8	52,0	51,0	52,0
Medicina		44,4	46,4	49,0	49,0	48,7
Meteorologia		42,9	—	—	—	—
Música		—	54,3	52,5	—	58,9
Odontologia		42,5	43,3	47,7	46,0	50,2
Química		48,2	41,8	41,1	47,0	45,4
Teatro		—	43,0	45,0	48,0	54,1
Relações Públicas		—	—	—	—	57,1

(\*) MISTA (M/F) = certo equilíbrio entre a participação dos dois sexos na composição da população candidata. Como a unidade de referência é a contribuição feminina, os percentuais aqui registrados referem-se a 41 a 59% de mulheres nas carreiras listadas.

TABELA 11  
DISCRIMINAÇÃO DAS CARREIRAS SEGUNDO SUA POSIÇÃO DE FEMINIZAÇÃO

Carreiras	Anos					
	M (*)	1973	1974	1975	1976	1977
Administração		29,7	33,7	33,0	33,2	34,2
Astronomia		23,9	20,5	34,0	24,0	27,0
Ciências Agrícolas		—	36,6	—	38,0	32,3
Ciências Atuarias		—	36,7	—	29,0	40,0
Ciências Contábeis		29,9	35,2	34,7	35,5	30,4
Economia		26,9	29,2	31,2	30,0	30,4
Engenharia Química		26,8	28,9	31,0	31,0	33,0
Física		33,4	20,0	23,0	20,0	20,0
Geografia		40,0	—	—	—	—
Meteorologia		—	25,3	20,8	21,0	28,9
Teatro		35,0	—	—	—	—
Veterinária		22,0	26,0	28,0	28,0	30,4
Zootecnia		23,7	26,3	29,0	26,0	22,6

(\*) M = predominância de candidatos masculinos de 60 a 79%. Neste caso, está sendo utilizada como unidade de referência a participação feminina, cuja contribuição oscila entre 21 e 40%.

TABELA 12  
DISCRIMINAÇÃO DAS CARREIRAS SEGUNDO SUA POSIÇÃO DE FEMINIZAÇÃO

Carreiras	Anos					
	MM (*)	1973	1974	1975	1976	1977
Educação Física Masculina		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Engenharia		9,5	9,8	9,0	9,0	8,9
Engenharia Agrônômica		6,2	9,9	11,0	11,6	12,1
Engenharia Cartográfica		12,5	13,9	9,0	12,0	11,2
Engenharia Florestal		7,2	16,1	17,3	16,5	15,4
Engenharia Operacional		4,8	5,4	5,0	5,0	5,0
Geologia		15,9	15,7	18,0	17,0	18,5

(\*) MM = predominância de candidatos masculinos de 80 a 100%. Está sendo usada, neste caso, como unidade de referência, a participação feminina, cuja contribuição oscila, conseqüentemente, entre 0 e 20%.

culinas e exibindo a maior dificuldade de acesso devido à grande concorrência, que as mulheres mostram as melhores taxas de desempenho escolar.

A pesquisa mencionada (Lewin, 1977 b) revela que se concentrou ainda mais o perfil da "estrutura de carreiras estratificadas por sexo", na medida em que a demanda feminina aumentou em grau mais intenso no seu próprio "reduo da feminidade" (FF + F). De um modo geral, pode afirmar-se que quanto mais mulheres ingressam nas nossas universidades, tanto maior a probabilidade de se tornarem professoras, de exercerem atividades assistenciais ou funções técnico-administrativas de escalão intermediário, dentro de suas áreas de graduações, decorrentes do tipo de tomada de decisão pessoal adotada frente à escolha profissional e ao grau de condicionamento que a estrutura social impõe sobre essa tomada de decisão, no que se refere às oportunidades de trabalho, os requerimentos do mercado e do sistema econômico e, fundamentalmente, à garantia da reprodução das relações sociais vigentes.

Uma interrogação cabe formular: Por que o magistério secundário é o grande "empregador" das mulheres universitárias? A popularização da escola primária em uma cultura valorizadora do elitismo gera a desvalorização dos seus agentes sociais, os professores primários. Uma profissão que perde prestígio é abandonada pelos que possuem outras opções. Como o mercado de trabalho para o homem com diploma univer-

sitário é mais diversificado, as mulheres passaram a procurar cada vez mais os lugares antes ocupados por ele no ensino médio. Por outro lado, a concentração das matrículas femininas nos cursos que preparam para o magistério está ligada à maior oferta de vagas a preços mais baixos e de acesso mais fácil (Mello, 1977).

A insatisfação das professoras primárias — a terceira mais importante atividade exercida pela população feminina economicamente ativa — dada a sua baixa remuneração salarial e o êxodo que se processa em direção às tarefas de escritório, causando-lhes frustração profissional, estimula essas mulheres a ingressar no circuito universitário, em carreiras que constituem um prolongamento do currículo anterior. Cerca de 72% das candidatas que declaram ser professoras primárias dirigiram-se às carreiras da área de Letras, Artes e Ciências Humanas; 24% preferiram as carreiras que compõem a área Biomédica e cerca de 4% as Engenharias e Ciências Exatas.

A preferência da demanda feminina, por carreiras de nível universitário que conduzem ao exercício do magistério encontra sua justificativa no sistema valorativo vigente que define o comportamento socialmente desejável quanto às normas que regem o princípio da congruência dos papéis femininos. A internalização desse modelo reforça um dos traços da chamada personalidade feminina que repousa sobre a "sabedoria da conciliação" que parece basear-se num postulado fundamental: saber os limites da sua autonomia. Sendo a própria autonomia feminina condicionada por limites objetivos e subjetivos, o seu significado passa a ser parcial e ditado de fora do seu eu — o "outro-pai" ou o "outro-marido". Seu grau de liberdade reside em transitar de um "outro" para

outro "outro". Assim, a escolha da atividade de professor, em verdade, não é mais do que deixar de tomar decisões que possam romper o equilíbrio entre a sua situação de mulher-mãe-esposa e a de mulher profissional.

O significado do trabalho para cada um dos sexos assume conotação radicalmente oposta.

Os homens associam o trabalho à sua própria realização pessoal e à sua responsabilidade de prover a manutenção de si mesmo ou de sua família. No seu sentido mais amplo, o trabalho significa "gerar vida continuamente"; para si mesmo através de concretização de seus projetos e planos profissionais, e, para seus dependentes ou descendentes através da oportunidade de lhes oferecer condições de segurança econômica e status social. Dessa forma, a situação polar "trabalho-vida" tem sua contra-partida negativa na situação polar "ausência de trabalho-morte", tomado aqui em seu sentido figurativo. (Salem, 1977).

"A falta de trabalho implica na invasão, para dentro de si, de "tentações", "degeneração", "coisas que não prestam", etc. . . A ausência de "auto-disciplina" permite a entrada de coisas que equivalem à "morte". O trabalho equivale à vida não só porque parar de trabalhar implica em morrer", mas também porque só através dele é possível repelir a penetração de "mortes" para dentro de si." (Salem, 1977).

Para as mulheres, o significado do trabalho é o exercício de uma determinada atividade, geralmente a convergência de um ponto de equilíbrio entre as suas responsabilidades domésticas e ocupacionais, não portando a característica de envolvimento global como é assumido no universo cognitivo do homem. A sua relação com o mercado de trabalho está fortemente condicionado com a classe a que pertence, no que se refere à entrada, interrupção, saída, reentrada e permanência nele.

Qualquer que seja a origem sócio-econômica do homem, a sua relação com o mercado de trabalho é de natureza permanente, podendo variar a forma desse relacionamento.

Apoiando-nos nos dados da pesquisa mencionada (Salem, 1977), transpareceu nas entrevistas femininas a idéia do trabalho como uma "missão", no sentido místico e emocional de "se dar" ou de "servir". ". . . Há uma tônica comum no modo dessas mulheres representarem seu papel nas esferas pública e privada: elas extravasam nessas duas áreas seus componentes afetivos, característicos da socialização feminina. Assim, o seu ingresso não implica em um "desvio" do seu papel expressivo, mas antes, é uma reafirmação desse papel, ponto que as mulheres se referem à suas atitudes profissionais como tendo um caráter de extensão de seu papel doméstico.

Entrevistas realizadas com professoras primárias (Vasconcelos, 1972), revelaram que cerca de 50% das que manifestaram desejo de permanecer no magistério, centravam suas respostas no tipo "tenho vocação", gosto de crianças", "o magistério primário é a carreira ideal", "sentir através do educando que está sendo útil", configurando um magistério que poderia ser tipificado como "o professor idealista", característico de um com-

portamento não-profissional. Estas representações simbólicas a respeito do trabalho condicionam fortemente a opção de carreira quando a jovem busca ingressar no ensino universitário.

Em estudo realizado com estudantes universitários de várias especializações, verificou-se que as mulheres atribuem ao ensino superior um atributo que consideram muito importante: "aumentar sua cultura geral". Os candidatos masculinos, por sua vez, exibiram uma nítida orientação para o mercado de trabalho ou para a contribuição de sua profissão no processo de desenvolvimento econômico, parecendo operar em condições mais objetivas frente a seu futuro que suas colegas femininas.

O destaque da "vocação" como um dos fortes argumentos femininos para a escolha do curso superior, também está presente nas respostas dos estudantes masculinos, porém em proporções bem menos acentuadas. Os juízos de valor colocados à palavra "vocação" permitem várias interpretações sobre seu significado semântico ou seu significante cultural.

Vocação pode ser uma disposição de talento ou uma configuração de aptidões, sendo ou não percebido pelo próprio sujeito. Uma das variantes do termo centra-se na idéia de que o indivíduo é possuidor de potencialidades e habilidades intelectuais, físicas, emocionais e motoras que lhe garantem melhor performance em determinados campos de atuação profissional. Dito de outra forma: "ter jeito, pendor ou disposição para a coisa, por que já teve oportunidade de demonstrá-lo".

Por outro lado, vocação pode ser entendido no sentido da presença de atributos biológicos ou "naturais": sexo, idade, cor; ou de atributos sócio-culturais: religião, estado civil, ideologia, lugar de nascimento e posição na estrutura das classes sociais, que servem para reforçar a perfeita adequação ao desempenho profissional.

E, por último, "vocação" tem assumido o significado de uma prolongada manifestação de preferência por algum interesse específico, confundindo-se com "missão", "predestinação" ou "chamamento" enfocado misticamente (Weber, 1958). A conotação tradicional de missão ou sacerdócio, apesar de suas raízes religiosas, pode ser decodificada e recodificada leigamente.

Quando o rapaz aponta para a variável vocação, como interveniente em seu processo decisório, ele pensa preferentemente primeiro significado enunciado, enquanto as moças, provavelmente, se concentram no segundo e terceiro significados, sem excluir a possibilidade de incorporar também o primeiro.

As explicações para a freqüência acentuada de mulheres em carreiras que conduzem ao magistério, ao serviço social, à enfermagem, à nutrição e à reabilitação, parecem enquadrar-se perfeitamente dentro dos enunciados acima.

A falta de incentivos promocionais e de remuneração, a perda do status profissional e a residualidade do prestígio social da carreira tem conduzido o professor a evadir-se do 1º grau ou mesmo da profissão. As condições que interferem na decisão do professor de 1º grau, enquanto sujeito que permanece, que se evade ou que se tornará um evasor do magistério, são simultaneamente

externas e internas, dependendo do tipo de contexto sócio-econômico em que o exercício da docência é realizado. Concomitantemente, os atuais valores culturais centrados na equalização das oportunidades econômicas e ocupacionais entre os sexos atuam como força centrífuga no sentido de acelerar o êxodo da professora para outras atividades produtivas, dentro ou fora do sistema de ensino. O grande número de egressas do Normal dirigindo-se às universidades, mostra que seu interesse básico permaneceu em carreiras que lhe possibilitam o exercício docente de 2º grau, na esperança de galgar melhor posição social, ocupacional e remunerativa. Ao mesmo tempo em que o magistério de 2º grau oferece vantagens em relação ao magistério primário, seu salário vem sofrendo acentuada queda no valor real em relação aos índices de aumento do salário mínimo, que já é, por sinal, uma medida relativamente duvidosa de aferição dos padrões de nível de vida<sup>3</sup>.

**A** pesar dos índices de preços apontarem para uma deterioração no salário do professor primário em relação ao salário mínimo regional, parece estar havendo atualmente uma relação inversa entre a espoliação do valor real de seus salários e as taxas de evasão. Este comportamento está associado ao aumento da clientela de baixo padrão sócio-econômico do professorado que necessita contabilizar a sua remuneração no orçamento familiar (Lewin, 1977a).

As mulheres das camadas populacionais portadoras de atitudes tradicionalistas orientadas pelos princípios da "compatibilização dos papéis femininos" apresentam as mais altas taxas de permanência no sistema de ensino. Elas percebem a profissão de professora primária e o exercício do papel feminino de esposa-mãe como complementares e, dessa forma, aceitam remuneração degradante (Barroso, 1977), que conduz ao desempenho rotineiro da profissão com vista a um seguro de velhice que

é, afinal, a aposentadoria. O nível baixo da sua remuneração deriva, em parte, de ser a profissão controlada pelas mulheres "idealistas" que, por sua vez só a controlam porque os homens a abandonaram há tempos por ocupações mais rentáveis.

Mesmo nas unidades mais ricas da Federação, como São Paulo, as professoras primárias contratadas a título precário, assim como as boias-frias e as empregadas domésticas, estão à margem da legislação trabalhista. Em muitos Estados o seu salário é mesmo inferior ao salário mínimo (Barroso, 1977).

Quando a sociedade amplia e generaliza os princípios de monetarização da produção e suas características econômicas de mercado, as atividades que outrora eram consideradas "vocacionais" passam a ser redefinidas como atividades produtivas revestidas de sentido profissional. Assim, a vocação que se baseia no "se dar" ou "em servir" perde seu significado simbólico de alta valorização social. Por outro lado, a profissionalização se rege por relações impessoais de eficiência e de contra-prestação de serviços, tendo como *feed-back* a remuneração pecuniária, o prestígio ocupacional e a "consciência de carreira e de competição" (Lewin, 1977a).

O magistério primário está vivenciando a transição e as contradições inerentes a esse processo. A indefinição quanto ao futuro dessa profissão pode ser responsabilizada pela insatisfação e abandono das suas funções ocupacionais.

Se o sistema de ensino primário tivesse a conotação concorrencial em base de demonstração de competência profissional, a evasão incidiria sobre aquelas de qualificação formal mais baixa. Não havendo competição e senso de carreira bem definidos, os evadidos são aqueles que portam melhores habilitações (Vasconcelos, 1972) e, portanto, podem encontrar alternativas substitutivas internas ou externas ao sistema de ensino, comparativamente mais vantajosas em termos de remuneração e de prestígio ocupacional. Contudo, a evasão, apesar de suas conseqüências diretamente negativas para o sistema de ensino, não é de todo disfuncional para o macro-sistema societal porque a saída de docentes abre espaços para absorver novos docentes oriundos de camadas populacionais de rendas baixas, realizando suas aspirações de mobilidade social. Essas camadas, em caso de fechamento do acesso ao magistério primário, provocariam pressões e desequilíbrios gerados por situações de "ampliada frustração" (Lewin, 1975). Enquanto a "evasão é o progresso vertical na carreira de professora primária" (Vasconcelos, 1972), o acesso ao magistério do segundo grau parece ser a concretização efetiva da mesma, pelo menos em termos de seu projeto profissional.

A orientação profissional da mulher pela docência de nível elementar ou médio deve ser interpretada, também, como refletindo certa funcionalidade em relação à dinâmica do mercado de empregos. No Brasil, nas últimas décadas, ocorreu uma rápida ampliação do sistema de ensino, em todos os seus graus, decorrendo daí o crescimento das taxas de emprego nesta área, que absorve anualmente grandes contingentes femininos.

O circuito escolar, ao reter parte considerável da for-

<sup>3</sup> Relação entre o salário do professor estadual do 2º grau no município do Rio de Janeiro e o salário mínimo vigente neste município:

Anos:	Número de salários mínimos:
1962, 1963 e 1964	5
1965	4,16
1966	3,92
1967, 1968	4,00
1969, 1970, 1971 e 1972	4,25
1973	4,22
1974	4,20
1975	3,86
1976	3,48
1977	3,14

Fontes: Dados fornecidos pela Secretaria da Administração do Rio de Janeiro e Anuário Estatístico do Brasil - IBGE in "Situação Salarial dos Professores", RJ, SEEC, 1977.

ça de trabalho feminina — como docentes, administradoras, orientadoras ou como planejadoras e executoras dos planos governamentais no campo da educação — concorre para diminuir a sua competitividade com os homens em outras esferas ocupacionais. Dessa forma, mantém-se a convivência profissional entre os dois sexos em nível de tolerabilidade, garantindo aos homens portadores de qualificação idêntica, o desempenho de suas tarefas produtivas. De outra maneira esses homens sentir-se-iam ameaçados frente a um comportamento feminino que reivindicasse espaço para si nas áreas por eles monopolizadas.

Observa-se, portanto, que, de um lado, os padrões tradicionais definem o valor e as atribuições do trabalho feminino e, de outro lado, os padrões de racionalidade econômica que presidem o processo de desenvolvimento capitalista criaram uma "reserva passiva" de mão de obra feminina, para fazer frente às suas fases de expansão. A

mobilidade ocupacional da população masculina em direção a cargos de melhor remuneração e posições de prestígio mais elevado, decorrentes da diversificação no sistema econômico, na esfera técnico-científica e cultural e no aparelho do Estado processa-se sem prejuízo para o funcionamento do conjunto social, dada a existência da disponibilidade feminina para se inserir nos espaços vazios.

As mulheres, ao ocupar funções nos escalões mais baixos, deixados em aberto pela saída do contingente masculino, transformam-se em atores sociais de alta funcionalidade para a garantia da estrutura social vigente e sua reprodução futura. Porém, contraditoriamente, ampliam-se as diferenças na distribuição dos benefícios monetários e de prestígio entre os sexos, tornando ilusória a mobilidade feminina através da formação educacional. ●

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, E. 1964. *Technology and woman's work*. New York, Columbia University Press.
- BARROSO, C.L. de M. 1975. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, 27 (6): 613-620.
- BARROSO, C.L. de M. 1977. *A situação da mulher trabalhadora no Brasil*. Depoimento apresentado à Comissão Parlamentar mista de Inquérito sobre a situação da mulher, Brasília.
- BLAY, E.A. 1975. Trabalho industrial x trabalho doméstico. A ideologia no trabalho feminino. *Cadernos de Pesquisa*, 15: 8-20.
- CARVALHO, M.L. 1972. A mulher no mercado de trabalho. *Revista de Cultura Vozes*, 66 (6): 41-48.
- COSTA, M.A. 1968. *Aspectos demográficos da população economicamente ativa*. Rio de Janeiro, IPEA.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico*. Brasil, 1940. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico*. Brasil, 1950. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico*. Brasil, 1960. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico*. Brasil, 1970. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)*. Brasil, 1973. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. 1975. *Equality of opportunity and treatment for women workers*. Report VIII, 60th Session, Genève.
- LEWIN, H. 1975. *O atual dilema do planejamento educacional brasileiro: a controvérsia qualidade-quantidade*. Trabalho apresentado no III Encontro Interregional de Cientistas Sociais do Brasil, Maceió.
- LEWIN, H. 1976. Qualificação educacional da força de trabalho no Brasil. In FUNDAÇÃO IBGE (org.) *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- LEWIN, H. 1977a. *Caracterização do magistério do 1º grau: um projeto de pesquisa*. Rio de Janeiro, SEEC.
- LEWIN, H. 1977b. *Diversificação da demanda ao ensino superior: o comportamento feminino diante da carreira universitária*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio.
- LEWIN, H. et al. 1972. *Processo de modernização, seus efeitos multiplicadores sobre o binômio PUC-comunidade*. PUC-RJ. (mimeo).
- LEWIN, H. et al. 1975. *Análise do processo de incorporação ao ensino superior na área do Grande Rio*. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio.
- LEWIN, H. et al. 1977. *Mão de obra no Brasil: um inventário crítico*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- LOPES, J.B. 1976. *Capitalist development and agrarian structure in Brazil*. Trabalho apresentado na International Conference on Sociology of Urban and Regional Development, Sicília. (mimeo).
- MADDEN, J.F. 1973. *The economics of sex discrimination*. London, Lexington Books.
- MELLO, G.N. de. 1977. *A mulher e o sistema de educação formal*. Depoimento apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a situação da mulher, Brasília.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. 1976. *A formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil*. Rio de Janeiro, SENAI-SENAC.
- MIRANDA, G.V. de. 1975. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa*, 15: 21-36.
- NASH, J. 1975. *Certain aspects of the integration of women in the development process: a point of view*. United Nations. World Conference of the International Women's Year, México.
- SAFFIOTTI, H.I.B. 1976. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- SALEM, T. 1977. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Tese de Mestrado apresentada ao IUPERJ.
- SALM, C. 1970. *Aspectos da discriminação da mulher no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, CNRH/IPEA (doc. 115).
- UNITED NATIONS. 1972. *Demographic aspects of manpower*.
- VASCONCELOS, H.S.R. 1972. *O professor primário na Guabará — evasão e permanência*. Tese de Mestrado apresentada à PUC-RJ.
- WEBER, M. 1958. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York, Charles Scribner's Son.